

# Sobre o raciocínio ético: a forma

Luciano Carlos Cunha (2010)

Nas colunas anteriores, vimos que a existência de um lugar para a razão na ética faz com que esta deixe de ser relativa, subjetiva ou meramente emocional. Contudo, não falamos nada sobre como a razão pode ajudar a conhecermos o conteúdo do que é o correto, o dever, o justo, etc. Muito comumente é perguntado: “mas, a razão também não pode ser usada para fazer o mal?”. Pretendo resumir nessa coluna algumas características *necessárias* para que se possa dizer que um raciocínio é ético (em oposição ao raciocínio não-ético: *instrumental* ou *prudencial*, por exemplo). A partir desses critérios, poderemos ver como é possível colocar a ética em termos objetivos. Não pretendo aqui listar todos os critérios, mas somente os principais. Portanto, a lista permanece em aberto para o eventual acréscimo de critérios que possam refinar a forma do raciocínio. Vale lembrar que todos os critérios listados são *necessários* (ou seja, a decisão, para ser ética, não basta que cumpra apenas um ou alguns deles; precisa cumprir todos).

Antes de listarmos os critérios é importante falar sobre dois conceitos que estarão em quase todas as discussões da ética: *agente moral* e *paciente moral*. Nem todos os autores definem esses conceitos da mesma forma, e eu vou adotar aqui uma definição particular que permite distinguir alguns aspectos importantes. Os *agentes morais* são aqueles indivíduos a quem cabe cumprir o que a ética prescreve. Por possuírem entendimento racional dos critérios a seguir, podem ser responsabilizados pelo que escolhem. Os humanos adultos normais, pelo menos, se enquadram nessa categoria. Daí vem a idéia de aplaudir alguém que fez algo correto ou repreender alguém que fez algo errado. Pacientes morais, por outro lado, por não possuírem compreensão intelectual dos critérios a seguir, não podem ser responsabilizados pelas suas ações (nem aplaudidos nem culpados). Contudo, podem sofrer conseqüências benéficas ou maléficas de acordo com o que os afeta (por exemplo, decisões dos agentes morais). Portanto, se os agentes morais são aqueles que devem se preocupar com suas decisões, os pacientes morais são aqueles com quem os agentes devem se preocupar quando tomam as decisões. Estão no grupo dos pacientes morais, humanos muito novos, com determinadas doenças mentais, a maioria dos animais não-humanos, etc.

Vale lembrar também que todo aquele que está em condições de receber uma conseqüência benéfica ou maléfica da decisão dos agentes é um *paciente da decisão*, mesmo quando esse paciente também tenha capacidade para a agência moral (quando é um humano adulto normal, por exemplo). O inverso também é verdadeiro: pacientes morais, embora não possam ser responsabilizados pelo que fazem, podem afetar maléfica ou benéficamente outros indivíduos com o que fazem. Por exemplo, humanos adultos (agentes) e animais (pacientes) podem ser afetados por uma enchente, ou pela ação de uma criança humana que brinca com uma arma de verdade. Ainda que não faça sentido responsabilizar a natureza ou a criança pelo dano que possa causar a outros, isso não significa que, se há um agente moral que pode intervir no desenrolar dos acontecimentos, ele não deve fazer nada só porque não é um acontecimento que provém da ação de seres responsáveis. O agente moral tem a capacidade de deliberar se deve intervir ou não, então ele é responsável pelo que escolhe, mesmo quando o mal não foi *primeiramente* causado por ele (mas pode ter continuidade em sua *omissão*). Vamos então às exigências para que estão implicadas em aceitar que a razão possui um papel a desempenhar no debate ético:

**1 – Deve ser compreendido por todos os seres racionais:** Se o que procuramos é um critério objetivo, então obviamente ele precisa ser um que possa ser compreendido e aceito por qualquer agente moral (qualquer ser dotado de razão). Então, é sempre lícito perguntar: isso poderia ser aceito por qualquer ser capaz de razão independentemente de crença religiosa, cultura e época?

Note que isso é diferente de dizer que em lugares e épocas diferentes existem problemas diferentes. A questão aqui é saber se exatamente o mesmo problema, nas mesmas circunstâncias, caso aparecesse em outra época ou lugar, deveria ser resolvido desta maneira.

**2 – Racionalidade:** O critério anterior não indica que todos os agentes morais irão, de fato, compreender e aceitar o princípio. Significa apenas que o princípio poderia ser compreendido e aceito por todo e qualquer ser racional, independentemente de época e lugar. Como saberemos isso? Por haver uma argumentação consistente que lhe de apoio, que ela mesma não viole as leis da lógica, não caia em falácias. Por exemplo, não pode haver contradição: uma mesma decisão, nas mesmas circunstâncias, não pode ser certa e errada ao mesmo tempo. Vimos nas colunas anteriores que, por exemplo, o subjetivismo comete esse tipo de falácia (pois a mesma decisão pode ser certa e errada ao mesmo tempo, nas mesmas circunstâncias, dependendo de quem decide). Essa exigência também se caracteriza pelo fato do princípio ter de estar embasado numa razão, um argumento, uma justificativa que possa ser aceita por um ser racional. É essa razão que servirá como fundamento das regras. Por exemplo, a regra de que é errado matar pode estar fundada na razão de que é ruim perder uma vida que proporciona desfrute (algo que pode ser compreendido por qualquer ser racional). Exceções a essa regra podem surgir quando a razão que dava sustentação à regra não se apresenta em determinado caso (como é o caso quando um paciente terminal incurável solicita eutanásia, por exemplo).

**3 – Deve poder ser universalizada:** O critério da universalidade implica que, ao tomarmos uma decisão, precisamos nos imaginar no lugar de todos aqueles envolvidos, afim de decidir qual, dentre as opções disponíveis, é realmente a melhor (uma que poderia ser aceita, independentemente da posição que fosse ocupada). Isso implica que algumas decisões podem ser contraditórias, e, com isso, eliminarem a possibilidade de serem éticas. Por exemplo, se uma determinada busca pelo prazer ou liberdade é alcançada com o impedimento da busca do prazer ou liberdade de outros, então tal regra não pode ser universalizada, pois é ela mesma um impedimento ao que propõe. A exigência de universalidade mostra que é possível querermos certas coisas apenas quando estamos ocupando uma posição privilegiada da situação, mas não a desejaríamos que todos a cumprissem o tempo todo, independentemente da posição que ocupássemos. É possível que eu deseje que seja correto o mais forte oprimir o mais fraco quando estou na posição de opressor, mas, basta imaginar situação semelhante, só que na posição de oprimido, ou, sem participar da situação, para logo perceber que é uma situação injusta. A exigência de universalidade se coloca para todo juízo que pretenda ser ético porque é um juízo tal que é recomendado para o cumprimento de todos; portanto, não é possível recomendar algo que só podemos aceitar quando estamos numa das posições e não em outras.

**4 – Evitar apelos retóricos:** Se queremos descobrir a verdade em ética, precisamos tomar cuidado para não nos deixar levar por apelos retóricos. Exemplos clássicos desse uso são, diante do caso de alguém que assassinou os seus pais, dizer “tenham pena desse pobre órfão!”, ou “sabe quem falou que isso é certo? Jesus. Portanto, é certo”, ou ainda “Hitler foi um homem mau e era vegetariano; logo, ser vegetariano é errado”. Muitas pessoas pensam que os argumentos existem como um mero artifício para convencer os outros; já vimos na avaliação do emotivismo (coluna anterior) que, se isso estivesse correto, qualquer motivo que convencesse alguém seria uma razão ética válida, o que não é verdade. Isso não significa que as emoções não desempenhem um papel nas questões éticas; significa apenas que uma emoção que temos pode ser tanto uma resposta moral adequada quanto um preconceito, e não podemos descobrir qual das duas coisas ela é simplesmente por ser uma emoção forte.

**5 – Clareza conceitual:** Os termos do princípio ou regra precisam ser bem definidos, caso contrário, não ajudarão ninguém a escolher o que decidir. Por exemplo, se alguém propõe “devemos respeitar à natureza”, deve explicitar claramente o que significa “respeito” e “natureza”. Por

exemplo, “respeitar a natureza” pode ser entendido como preservar plantas, animais silvestres, rios, montanhas, etc. Pode se referir também “deixar os acontecimentos naturais seguirem o seu curso (trovoadas, enchentes, erupções vulcânicas, predação, morte natural, não fazer a barba, não tomar remédio, não usar camisinha, etc). Pode se referir à só fazer aquilo que serve a uma “função” natural (por exemplo, fazer sexo apenas para ter filhos). Em cada uma dessas definições, a ação prescrita vai ser muito diferente uma da outra. Por exemplo, se é definido como “preservar animais e plantas” vai mandar socorrê-los de uma enchente provocada por causas naturais. Se não mandar, então é porque está sendo definido como “deixar as leis naturais seguirem o seu curso”. Se deixamos o termo vago, não saberemos exatamente o que fazer. Não estou afirmando que essas interpretações de “respeito à natureza” são eticamente válidas; trago-as apenas para ilustrar a dificuldade com a clareza conceitual.

**6 – Fatos relevantes:** Um bom raciocínio ético começa com a interpretação dos fatos como eles são, e não como gostaríamos que fossem. Além de coletar todos os fatos, precisamos ter atenção sobre quais são relevantes para a decisão e quais não são. Veremos um exemplo desse ponto no item 11.

**7 – Generalidade:** O princípio ético tem como objetivo ser recomendado a todos os agentes morais. Por isso, precisa ser geral em sua forma, ou seja, não pode fazer referência a indivíduos específicos, pois visam serem aplicados em muitos casos. “Que todos façam o que é melhor para o Luciano Cunha” ou “que João cumpra o que prometeu para Maria” não são princípios ético, apenas aplicações particulares de certos princípios. Se, no primeiro exemplo, dizemos que Luciano Cunha é, de todos os indivíduos salvos de um naufrágio, o que está em pior situação, então o mesmo vale para todo e qualquer indivíduo que pode se encontrar em seu lugar. A regra seria então: “atender primeiro o que estiver na situação pior”. No segundo exemplo, teríamos de tornar a regra geral o bastante para contemplar todo e qualquer indivíduo que pudesse se encontrar no mesmo tipo de situação. Por exemplo, “Que todos cumpram suas promessas”.

**8 – Deve valer para todos os agentes morais.** Se, como vimos, o princípio precisa ser geral na forma, então não faz sentido dizer que vale para um agente cumprir e outro não. Se fazer sofrer é errado, é errado pelo ato e a consequência em si, e não de acordo com quem o praticou. Por exemplo, dizer que “sou vegano, mas se outras pessoas quiserem comer animais, não há problema algum” não é uma posição ética a favor do veganismo. Pelo contrário, é uma posição que diz ser certo (mas não um dever) o carnivorismo. Uma posição ética a favor do veganismo teria de dizer “todos os agentes morais devem ser veganos”, que poderia estar baseada, por exemplo no princípio da não-maleficência. Assim, a menos que seja apontada uma razão válida para eximir um agente moral do cumprimento de um dever, é necessário reconhecer que, todas as outras coisas sendo iguais, um princípio ético é sempre recomendado para todos os seres racionais, pois esta é justamente sua finalidade (orientar as decisões de seres racionais).

*Dever, certo e errado:*

Importante notar que, se alguém fala que alguns atos são opcionais eticamente, também está prescrevendo que isso deve valer para todos os agentes morais. Mesmo quando alguém, por exemplo, diz que “doar órgãos deve ser opcional”, espera que todos os outros agentes concordem que isso deve ser opcional. Assim, está dizendo que tal ato é certo, mas não um dever. Vimos no item anterior que essa implicação (de valer para todos os agentes) está tão ligada ao próprio raciocínio, que nem os subjetivistas/relativistas podem deixar de reivindicá-la quando afirmam que a ética é subjetiva ou relativa, pois esperam que todos concordem com isso (mas, como vimos, isso também contradiz suas pretensões). Agora, quando alguém diz que “trapacear é errado”, está dizendo que é um dever não trapacear. Quando alguém diz que, “o certo é dizer a verdade”, está dizendo que dizer a verdade é um dever. As idéias de “Dever” e “o certo” deixam apenas uma única

opção para o agente; “errado” proíbe uma opção, ainda que deixa em aberto se existem várias ou apenas uma correta e; “certo” valida uma opção, ainda que não a obriga. Contudo, na reivindicação de todas essas categorias, seja lá quais forem, está implícita a idéia de que deve valer para todos os agentes.

Tomando novamente o exemplo anterior, podemos perceber agora que não apenas os que dizem “todos deveriam se tornar veganos” estão prescrevendo sua posição como válida para todos cumprirem. Os que dizem que “ser vegano deveria ser opcional” estão automaticamente dizendo que “comer animais é certo, mas não um dever”, portanto, pretendendo que todos os agentes concordem com essa afirmação. Na maioria das vezes, os que reivindicam um dever de praticar o veganismo são acusados de querer que todos adotem sua posição; contudo, isso vale também para os que defendem que o veganismo é opcional, bem como os que afirmam que o veganismo é errado. Em suma, qualquer posição que pretenda ser validada como ética, precisa incorporar essa exigência fundamental de valer para todos os agentes morais. Importante lembrar que isso não significa que toda posição que cumpra essa exigência seja válida eticamente. Isso não pode acontecer, porque do contrário, teríamos três posições válidas que estão diretamente em conflito (veganismo é um dever; veganismo é opcional; veganismo é errado). Por esse motivo foi mencionado que todos os critérios listados aqui são necessários, ou seja, não basta cumprir um deles, mas sim, todos. Veremos na terceira parte que apenas uma das posições acima cumpre todos os critérios listados aqui.

**9 – Deve valer com independência de estados subjetivos dos agentes morais.** Nossa preocupação é descobrirmos quais ações ou traços de caráter são errados, certos, um dever, etc. Como vimos, na refutação do subjetivismo feita algumas colunas atrás, essas coisas independem dos estados subjetivos de quem está decidindo. Só por eu querer que algo seja certo não faz esse algo deixar de ser errado. Portanto, um bom raciocínio ético reconhece que o certo, errado, dever são como são independentemente das inclinações, desejos e emoções de quem está decidindo. Alguém não consegue, por exemplo, fazer com que ajudar os pobres deixe de ser um dever só porque não gosta de ajudar. É por isso que não faz sentido pensar que questões como o status moral dos animais não-humanos é algo para quem “gosta de animais”, apenas.

### *O falácia do apelo à autoridade*

Importante lembrar que o mesmo vale para os desejos de uma autoridade moral. Supondo a maior autoridade moral que pudesse existir (por exemplo, um Deus, que tivesse todo o conhecimento moral do mundo). Se as coisas fossem certas ou erradas de acordo com a vontade de Deus, então, se Deus desejasse, o estupro seria correto. Mas, continuaríamos a achar o estupro errado, mesmo que Deus dissesse que é correto, pois mesmo Deus ainda teria que apresentar uma razão para nos convencer que algo tão ruim assim é correto – caso contrário, perceberíamos seu desejo como arbitrário demais (mesmo Deus estaria sujeito às regras racionais). Se, em contrapartida, é dito que Deus é bom, e jamais poderia desejar que algo como o estupro fosse correto, então admite-se um padrão ético objetivo, que é independente até mesmo da vontade de Deus. O mesmo vale para qualquer outra autoridade moral. Se “A” é uma autoridade moral, a quem devemos nos inspirar, é porque faz as coisas que são corretas; e não que as coisas passam a ser corretas porque são feitas por “A”. Confundir esse ponto é cometer a falácia do apelo à autoridade (por exemplo, “x deve ser errado, porque A, que é uma autoridade em ética, disse que é errado”). Isso é importante, porque, ao reconhecermos que as coisas são certas ou erradas independentemente de quem as pratica, podemos detectar erros até mesmo na posição de indivíduos considerados autoridades morais. Na próxima coluna, continuaremos com as exigências formais para uma decisão ser validada eticamente.

**10 – Imparcialidade** – A razão permite alguém perceber que é apenas mais um indivíduo, entre bilhões, podendo ser afetado pelas decisões de outros. Caso tenha o pensamento de que é mais

especial que os outros indivíduos, a razão mostrará para ele que isso é uma ilusão, haja vista geralmente não existir motivo para tal crença. Mesmo se é oferecida uma razão, imediatamente tal afirmação compromete o falante a reconhecer que caso se ele mesmo deixe de apresentar tal característica, perde o valor que reivindica. Além disso, não necessariamente tal razão apontaria uma característica válida (veremos exemplos no item 11).

A exigência de imparcialidade é um paralelo, com relação aos pacientes da decisão, da exigência de que o princípio deve valer para todo agente cumprir. Se o princípio deve valer para todo agente moral cumprir, igualmente deve valer independentemente de quem for afetado pela decisão. Se digo que matar é errado quando a vítima serei eu (digo, por exemplo, que eu vou ser prejudicado pela perda do tempo de vida feliz que ainda tenho pela frente), estou comprometido a dizer que o mesmo ato é errado quando a vítima for qualquer outro indivíduo que ainda tenha tempo de vida feliz a desfrutar pela frente. Ou seja, o princípio precisa ser aplicado desinteressadamente. Por isso, preconceitos não são éticos. Os racistas, sexistas, especistas e egoístas, por exemplo, mantêm decisões totalmente diferentes em contextos muito semelhantes, apenas por variar o indivíduo afetado. Isso viola a exigência de imparcialidade. Por exemplo, o princípio do egoísmo “que cada um faça apenas o que for melhor para si mesmo” é geral o bastante (por não fazer referência a indivíduos específicos) e pode ser recomendado a todos os agentes, mas, por tratar casos semelhantes de forma diferente (por exemplo, o interesse em sofrer é tratado de um jeito quando aparece em mim, e é tratado de outro quando aparece em outros), é um princípio prudencial, e não um princípio ético.

**11 – Coerência.** Essa exigência diz: “casos semelhantes, decisões semelhantes”. A partir dos exemplos anteriores, você pode ter pensado várias exceções para os mesmos não serem aplicados a todos os agentes morais ou a todos os pacientes morais. Por exemplo, se o Sr. Pipóquio está acorrentado, obviamente não pode cumprir a regra “todos devem ajudar os pobres”. Ou, poderíamos dizer que a regra “todos devem dar lugar a idosos no ônibus” não se aplica quando o idoso é o Sr. Marmônio, que detesta ir sentado. Em resumo, se um caso é parecido, mas vai ser tratado diferentemente, então precisa ser apontado que característica há nele que o torna uma exceção à regra. Essa característica precisa ser relevante para o que se está julgando. Por exemplo, se o que está em jogo é respeitar o interesse em viver, não é válido dizer que isso não se aplica quando a vítima for a Senhorita Emengarda, porque Emengarda não possui uma linguagem (ter ou não linguagem não tem nada a ver com o interesse em desfrutar da vida). Da mesma maneira, não é válido dizer que “o dever de ser vegano não se aplica a Fulano, pois ele vive numa cultura onde comer animais é um valor sagrado”. Já que é possível que ele contrarie sua cultura, e os padrões éticos não são a mesma coisa que padrões culturais, essa característica não é uma exceção válida.

**12 – Subordinar princípios não-éticos.** Como o princípio ético serve como guia para as decisões de um ser racional (justamente por ser fundado na razão), ele não pode estar subordinado a princípios de outras naturezas (prudenciais, instrumentais, estéticos, profissionais, etc.); pelo contrário, são esses outros princípios ou regras que devem ser avaliados em termos de justificação à luz do princípio ético. O princípio ético pode apontar como válidos outros valores de natureza não-ética (mas nem por isso, anti-ética) que cultivamos (por exemplo, determinados valores estéticos, prudenciais, etc.), mas também pode colocá-los sob dúvida e até mesmo revelá-los como inválidos. A ética diz respeito àqueles princípios que comandam todas as outras decisões do agente. Por exemplo, pode existir um código de conduta de uma determinada profissão, mas esse código não é o padrão ético definitivo, pois ele pode ser avaliado em termos de outros princípios mais gerais, a fim de descobrirmos se o código mesmo é ético ou não. Por exemplo, o código de conduta dos psicólogos pode mandar guardar sigilosamente, sem exceção, as informações reveladas pelos clientes. Contudo, se um cliente revela que irá assassinar a esposa naquela noite, o psicólogo não pode pretender que mencionar a proibição em revelar informações explícita no código se constitua uma justificativa ética para a decisão de não avisar a esposa. Aqui faz total sentido a pergunta: “é

certo seguir o código, nessa situação?”. Isso é relevante, pois, em determinadas situações, o que o código manda fazer pode estar em conflito com outros princípios éticos que possuem peso maior. A decisão de violar o código poderia ser justificada, por exemplo, na base de que o princípio da não-maleficência tem peso maior do que o princípio de cumprir promessas. Portanto, como o agente tem liberdade para escolher seguir o código ou não, caso escolha for por não avisar a esposa e esta for assassinada, parte da culpa do assassinato é dele. Portanto, decisões éticas são aquelas das quais temos que assumir a responsabilidade pela escolha, já que ninguém as escolhe para nós, a não ser nós mesmos.

Outro exemplo: as regras de trânsito também estão subordinadas a princípios éticos que as validam. Assim, na maioria dos casos, é um dever obedecer às regras de trânsito, mas, em determinadas ocasiões, elas podem entrar em conflito com outros princípios éticos mais fortes, às quais se subordinam. Por exemplo, pela lei de trânsito, certas placas nos proíbem parar ou estacionar em determinados locais; mas, se um motorista vê alguém caído no meio da estrada, bem na frente dessa placa, ele tem aí uma razão para violar justificadamente a lei de trânsito nessa situação. Caso tivesse passado por cima desse alguém, não seria válida como justificativa ética mencionar que a lei de trânsito o proíbe de parar naquele local, já que as leis de trânsito, assim como os códigos profissionais, também estão subordinados aos princípios éticos que os validam. Isso não significa que então temos justificativa para violar tais regras quando bem entendermos; a justificativa precisa estar amparada num princípio ético que tenha peso maior do que a regra, e que aponte a contradição em seguir a regra, naquele momento. Por exemplo, se as regras de trânsito servem para proteger a vida de motoristas e pedestres, é contraditório cumprí-las quando o resultado de obedecê-las for contrário a tal meta.

Outro bom exemplo de subordinação é a objeção ao veganismo comumente apontada: “mas, eu gosto de comer animais”. O que um proponente dessa objeção aponta é que há uma expressão de gosto pessoal (portanto, não um princípio ético, e não necessariamente um gosto válido eticamente) que conflita com o que o princípio ético manda fazer. Contudo, apontar isso não é objeção alguma, haja vista que também as expressões de gosto pessoal estão subordinadas logicamente aos princípios éticos. Afinal de contas, estupradores também adoram estuprar, mas nem por isso o estupro é válido eticamente.

---

Até agora, vimos exigências formais (dizem respeito à forma que o raciocínio deve ter). Nessa forma, vários conteúdos podem ser aplicados. Nas próximas colunas sobre raciocínio ético falaremos sobre os conteúdos possíveis de preencherem essa forma e da importância em levarmos em conta as conseqüências sobre os atingidos pela decisão nas deliberações éticas.

Retirado de: <http://lucianocunha.blogspot.com.br>